

JOSIANE PEREIRA CAMACHO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O COMBATE A EVASÃO ESCOLAR: UM
ESTUDO DE CASO DA ESCOLA ANTONIO SCAIN DO MUNICÍPIO DE TOLEDO NO
ANO DE 2005**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

Orientadora: Profa Ms Carmen Pardo Salata

TOLEDO

2007

JOSIANE PEREIRA CAMACHO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O COMBATE A EVASÃO ESCOLAR UM
ESTUDO DE CASO DA ESCOLA ANTONIO SCAIN DO MUNICIPIO DE TOLEDO NO
ANO DE 2005**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

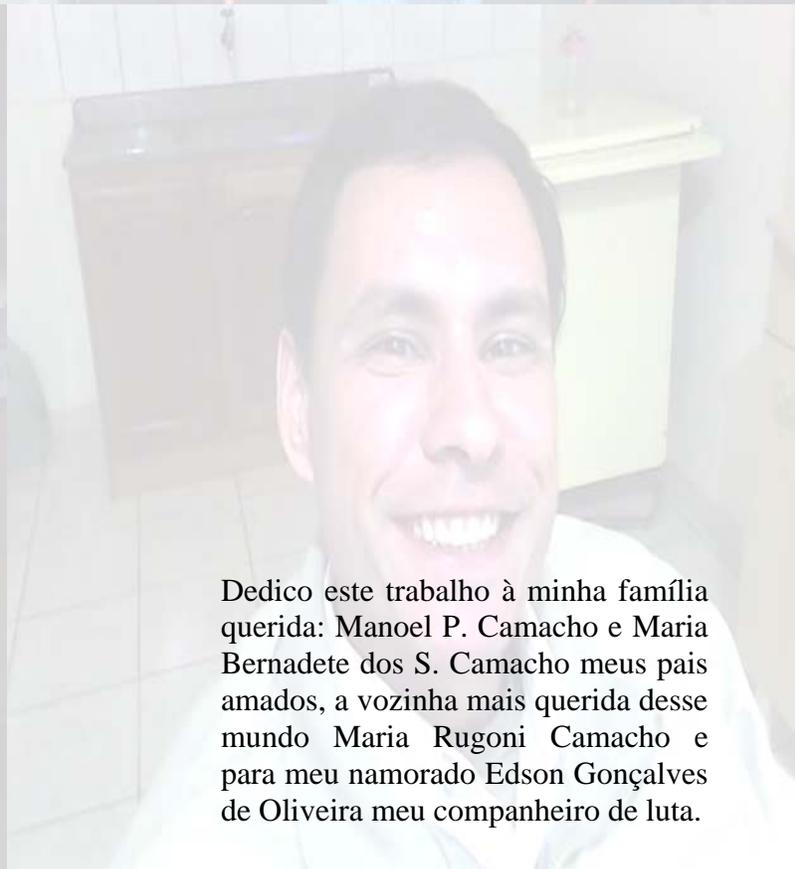
BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa Carmen Pardo Salata.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa Marli Renate Von Borstel Roesler .
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa Marise Waslawoski.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 12 de Novembro de 2007.



Dedico este trabalho à minha família querida: Manoel P. Camacho e Maria Bernadete dos S. Camacho meus pais amados, a vizinha mais querida desse mundo Maria Rugoni Camacho e para meu namorado Edson Gonçalves de Oliveira meu companheiro de luta.

AGRADECIMENTO

A Deus guia de nossos passos.

À minha família Manoel, Bernadete e Maria sem os quais jamais teria concluído esta etapa de minha vida, a meu namorado Edson pelo companheirismo, amo vocês muito.

À minha orientadora querida, Profa Carmen pelo apoio, dedicação e carinho, te admiro muito enquanto pessoa e enquanto profissional.

A todos os professores, que com dedicação passaram conhecimentos necessários e valiosos para a vida toda, não só na vida profissional. Em especial a profa de TCC India Nara Smaha pela dedicação ao 4º ano de Serviço Social de 2007.

A todos os amigos de turma, cada um com sua maneira própria deixou algo de bom para minha vida adoro vocês. Em especial à Érica Gisele Fidelis amiga que sempre pude contar, Poliana Lauther amiga do coração, Anna Débora F. Marcante companheira de estágio, sempre calma, serena e tranqüila, Aparecido S. Fonseca, amigo que despertou em mim profunda admiração, Leoni Wammes amiga obstinada, Patrícia Ortigoza amiga querida, Vandenéia Bourckhadt exemplo de luta, Olga Michalzeszen amiga querida.

À Secretaria de Educação do Município de Toledo.

À Escola Municipal Antonio Scain.

À Secretaria de Assistência Social e ao Centro de Referência de Assistência Social, através da minha supervisora de estágio Elisabete M. Backes, e a toda a equipe do CRAS, a Odete Ravache pelo apoio prestado.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), proporcionando ensino público e de qualidade, e a toda a Sociedade, que de uma forma ou de outra foram financiadores deste espaço.

Às amigas Kellen Maria Bianchini, Karoline Dartora Lecheski, e a Maria Rosa Fabrício (*in memórium*), que com sua partida me ensinou a valorizar as pequenas coisas, e o valor de uma amizade, saudades eternas.

"[...] Não há amanhã sem projeto,
sem sonho, sem utopia, sem
esperança, sem o trabalho de criação
e desenvolvimento de possibilidades
que viabilizem a sua concretização. O
meu discurso em favor do sonho, da
utopia, da liberdade, da democracia é
o discurso de quem recusa a
acomodação e não deixa morrer em si
o gosto de ser gente, que o fatalismo
deteriora".

PAULO FREIRE.

CAMACHO, Josiane Pereira. O Programa Bolsa Família e o Combate a Evasão Escolar: Um Estudo de Caso da Escola Antonio Scain do Município de Toledo no ano de 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* - Toledo, 2007.

RESUMO

O Objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a efetividade do Programa de Transferência de Renda Programa Bolsa Família- PBF na Escola Municipal Antonio Scain do Município de Toledo em relação ao seu objetivo de combater a evasão escolar. Como Objetivos Específicos buscou-se conhecer o processo de controle da frequência escolar das crianças atendidas pelo PBF e verificar se houve aumento ou diminuição da evasão escolar das crianças atendidas pelo PBF. O objeto foi o Programa Bolsa família e seu objetivo de combater a evasão escolar, o problema de pesquisa: Qual a efetividade do PBF na escola Antonio Scain do município de Toledo em relação a seu objetivo de combater a evasão escolar? A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa foi exploratória e o estudo de caso para acompanhar os sujeitos da pesquisa. A técnica utilizada foi à entrevista e o instrumental escolhido foi o formulário. Analisou-se tempo de moradia, anos de escolarização, quantidade de pessoas na residência, e renda familiar, pois estes itens influenciam na escolarização dos alunos. A formação dos capítulos se deu da seguinte maneira, primeiramente levantou-se aspectos importantes sobre Política Social. Em seguida efetuou-se um breve histórico da assistência social em dois momentos, antes da Constituição Federal- CF 1988 e pós- CF 1988. Em seguida, apontou-se brevemente o escopo dos Programas de Renda Mínima e Educação, programas que garantem repasse de recursos para que a criança não evada da escola, efetuou-se não uma simples análise da manutenção da criança na escola, mas também da qualidade do tempo que ela permanece na mesma. Tratou-se também da ligação entre os Programas de Transferência de Renda e Educação, ou seja, o Programa Bolsa Família em linhas gerais dando ênfase em elementos como o controle da frequência escolar, e o Programa Fome Zero norteador do PBF. Também abordou-se a concepção de Educação para autores como Moacir Gadotti, Jurjo Torres Santomé entre outros, e a colaboração do Serviço Social na área educacional, Na seqüência apresentou-se aspectos sobre a evasão escolar.

Palavras chave: Programa Bolsa Família, evasão escolar, frequência escolar.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ABANDONO ESCOLAR.....	47
QUADRO 2: MOTIVO PELO QUAL O ALUNO ESTUDA.....	48
QUADRO 3: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTRIBUI PARA O ALUNO CONTINUAR NA ESCOLA.....	48
QUADRO 4: CONECIMENTO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE 85% DE FREQUÊNCIA ESCOLAR PARA CONTINUAR RECEBENDO O BENEFICIO.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: IDADE DAS CRIANÇAS PESQUISADAS.....	46
GRÁFICO 2: QUANTIDADE (ANOS) DE ESCOLARIZAÇÃO.....	47
GRÁFICO 3: TEMPO DE MORADIA.....	49
GRÁFICO 4: NÚMERO DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA.....	50
GRÁFICO 5: NÚMERO DE CRIANÇAS RECEBENDO O BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA	51
GRÁFICO 6: RENDA MENSAL (Quantidade em Salário Mínimo).....	52
GRÁFICO 7: RENDA PER CAPITA	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIEN:	Basic Income European Network (Rede Européia da Renda Básica)
CadÚnico:	Cadastro único dos Programas Sociais
CEAS:	Centro de Estudos e Ação Social
CF/1988:	Constituição Federal de 1988
CFESS:	Conselho Federal de Serviço Social
CLT:	Consolidação das leis do trabalho
Consad:	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CRAS:	Centro de Referência da Assistência Social
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISSB:	Instituição de Serviço Social do Brasil
LBA:	Legião Brasileira de Assistência
LDB:	Leis de Diretrizes e Bases
LOAS:	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS:	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC:	Ministério da Educação
MS:	Ministério da Saúde
NEPP:	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
NOB:	Norma Operacional Básica
PAA:	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAT:	Programa de Alimentação do trabalhador
PBF:	Programa Bolsa Família
PED:	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PGRM:	Programas de garantia de renda mínima
PMDB-RS:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro/ Rio Grande do Sul
PNAE:	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS:	Política nacional de Assistência Social
Pronaf:	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT/SP:	Partido dos Trabalhadores/ São Paulo
SENAI:	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI:	Serviço Social da Indústria
Sisvan:	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS:	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE GRAFICOS	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	12
1-POLÍTICA SOCIAL	15
1.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	17
1.1.1 HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA.....	17
1.2 CONCEPÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL PÓS-1988.....	19
1.3 PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA E EDUCAÇÃO.....	22
1.3 PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RENDA VINCULADO A EDUCAÇÃO, BOLSA FAMÍLIA.....	24
1.4.1 CONTROLE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR	26
1.4.2 PROGRAMA FOME ZERO.....	27
1.4.2 POLÍTICA DE TRANSFERENCIA DE RENDA E PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA.....	30
2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	35
2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DITADURA MILITAR.....	36
2.2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	39
2.3 EVASÃO ESCOLAR.....	41

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

(LEVANTAMENTO DE DADOS.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICE	61
ANEXO.....	62

INTRODUÇÃO

No mundo todo há diferentes programas e mecanismos de garantia de renda mínima destinados a públicos e objetivos diversos. (VOGT 2002).

No caso brasileiro os Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família (PBF) criado pela lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, exigem contrapartida das famílias usuárias, normalmente ligadas à Educação. (LAVINAS, 1998).

Embasado nisto definiu-se o tema desta pesquisa, o PBF e o combate a evasão escolar, especificamente o PBF e o combate a evasão na escola Antônio Scain do município de Toledo no ano de 2005. O ano citado foi escolhido, pois definiu-se o tema da pesquisa no início de 2007, neste período os dados sobre evasão escolar de 2006 estavam sendo estudados segundo a Secretária de Educação do Município de Toledo.

A escolha do tema se deu em virtude da proximidade com o PBF, propiciado pelo estágio Curricular realizado durante o ano de 2006, na Secretaria da Assistência social no Departamento de Benefícios do Município de Toledo. O tema tem sua importância considerando a necessidade do Programa Bolsa Família neste Município.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) o PBF atende cerca de 11.120.353 beneficiários ao nível de Brasil, no Paraná cerca de 462.937 e em Toledo cerca de 4.021.

Em relação à Educação a partir dos anos de 1990, a sociedade brasileira passou a se preocupar com o crescente fosso entre os possuidores e os despossuídos, propondo para tentar abrandar essa conjuntura, medidas educacionais e sociais. (SOUZA, 2005).

O objeto desta pesquisa é o Programa Bolsa família e seu objetivo de combater a evasão escolar. Os sujeitos são as famílias (mães e alunos) das crianças que recebiam o benefício do PBF no ano de 2005 que estudaram na Escola Municipal Antonio Scain, escola com maior índice de evasão escolar¹ no ano de 2005. Deste modo, busca-se estudar o seguinte problema de pesquisa: Qual a efetividade do PBF na escola Antonio Scain do município de Toledo em relação a seu objetivo de combater a evasão escolar? Como objetivo geral procura-se analisar a efetividade do Programa de Transferência de Renda PBF na escola Antonio Scain do Município de Toledo em relação ao combate a evasão escolar. Como objetivos específicos busca-se

¹ Dados obtidos na Secretaria de Educação do Município de Toledo

conhecer o processo de controle de frequência escolar das crianças participantes do PBF e verificar se houve aumento ou diminuição da evasão escolar das crianças atendidas pelo PBF.

Em termos de metodologia utiliza-se a abordagem Qualitativa, tipo de pesquisa Exploratória onde procura-se vários conhecimentos já publicados a respeito da evasão escolar e PBF objeto deste estudo. Emprega-se o Estudo de Caso para acompanhar os sujeitos desta pesquisa, e a técnica entrevista com o apoio do instrumental formulário.

Parte-se da hipótese que o PBF do município de Toledo combate a evasão escolar, ou seja, ele é efetivo em seu objetivo de incentivar a escolarização das crianças atendidas pelo programa.

O universo do estudo são todos os alunos matriculados na 4ª série do ensino fundamental que recebiam o benefício do PBF no ano de 2005, 38 alunos (critério modificado durante a realização da pesquisa, optou-se por utilizar adolescentes também na amostra, com a justificativa de que este período é importante para a pesquisa). A amostra é intencional composta por mães e crianças (por família) no total de quatro, residentes no Jardim Filadélfia, zona urbana de Toledo.

Primeiramente levanta-se aspectos relevantes sobre Política Social, fazendo distinção entre Política e Política social.

Em seguida efetua-se um breve histórico da assistência social em dois momentos distintos, antes da Constituição Federal- CF 1988 e pós- CF 1988.

Após este histórico, explicita-se brevemente o escopo dos Programas de Renda Mínima e Educação, programas esses que visam garantir uma renda para que a criança não abandone a escola, porém não efetua-se uma simples análise da manutenção da criança na escola mas também da qualidade do tempo que ela permanece na mesma.

Trata-se também do vínculo entre os Programas de Transferência de Renda e Educação, ou seja, o Programa Bolsa Família em linhas gerais abordando elementos como o controle da frequência escolar e o programa Fome Zero, norteador do PBF.

Também aborda-se na revisão de literatura a concepção de Educação para alguns autores como Moacir Gadotti, Jurjo Torres Santomé entre outros, e a contribuição do Serviço Social no âmbito da Educação. Na sequência apresenta-se aspectos sobre a evasão escolar.

A análise de dados apresenta-se de forma qualitativa e quantitativa. A investigação qualitativa, segundo Minayo (1994), trabalha com a complexidade dos fatos e processos e a

dimensão quantitativa explicita-se por meio da interpretação dos dados empíricos em tabelas e gráficos.

1- POLÍTICA SOCIAL

Em se tratando de Política Social torna-se, necessário uma distinção entre Política e Política Social. Para Machado, (2000)² a Política é a ciência de bem governar um povo, constituído em Estado. Em um Estado democrático, essa governabilidade é exercida pelo poder público, via representantes conduzidos ao poder, direta ou indiretamente, pelo povo. A Política Social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Entende-se por força de trabalho todos os indivíduos que só tem a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho.

Segundo Vieira, (1992), na fase do “Capitalismo Monopolista³” ou (Imperialista), onde a acumulação é planejada e organizada com intervenção direta do Estado, surgem as Políticas Sociais. Estas advêm das reivindicações e mobilizações da classe trabalhadora e têm por objetivo mediar conflitos entre as partes⁴.

Para Netto, (1992) é por meio da Política Social que o Estado burguês, no Capitalismo Monopolista, procura administrar as expressões da “Questão Social⁵”, atendendo as demandas da ordem monopólica, conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores, as demandas que o Estado incorpora para o consenso de variáveis. A funcionalidade da Política Social do Estado Burguês, no Capitalismo Monopolista, se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho⁶.

Ainda, para o autor citado, não existe uma Política Social e sim Políticas Sociais, fragmentando-se as expressões da “Questão Social”. Uma Política Social colocaria em xeque a ordem social burguesa, pois estaria alterando na relação contraditória entre o capital e o trabalho, que é responsável pelas desigualdades. Essa fragmentação das Políticas Sociais torna-se uma estratégia de controle social.

²Docente do Departamento de Serviço Social – UEL; Doutora em Serviço Social pela PUC/SO; Coordenadora da Pesquisa.

³Segundo Evaldo Vieira (1992) existem quatro fases do capitalismo: a da Acumulação Primitiva do capitalismo; a do Capitalismo Concorrencial, a do Monopolista e Capitalismo Tardio.

⁴Resumo apresentado em aula de Política Social II Prof: Marize Rauber Engelbrecht em 14/03/2006.

⁵Questão Social entendida como problemas políticos, sociais e econômicos, gerados pela relação social Capital X Trabalho que é uma relação compreendida em Marx, pois se baseia nas relações de produção e reprodução e sociabilidade do homem por meio do trabalho, cujos fundamentos estão estruturados pelas dimensões econômica e social. (Barroco, 1998)

⁶Resumo apresentado em aula de Política Social II Prof: Marize Rauber Engelbrecht em 11/04/2006.

Os meios que o Estado usa para regularizar as reivindicações são através da lei, garantindo a sua legitimidade. O modelo de organização social política jurídica que o Brasil adota desde a Constituição Federativa de 1988 é o do Estado Democrático de Direitos.⁷

Para Kameyama *apud* Salata (2000) a Política Social está vinculada à Política Econômica, considerando que em cada época existem correlações de forças que resultam em uma interação específica e peculiar. A Política Social é entendida sob um duplo aspecto: como resultado da ação do Estado e resultado da ação organizada da sociedade civil.

Segundo Salata (2000), a Política Social com caráter público é considerada a partir de 1930. Antes dessa década, a “Questão Social” aparecia como questão legal. A assistência pública não existia como direito antes desse período, passando a existir juridicamente através de instrumentos legais, com legislação específica a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Ainda para a autora, a Política Social de 1945 a 1964 foi considerada como período de transição, com o predomínio do setor industrial, havendo uma verdadeira revolução do subsistema brasileiro, tendo o Estado desempenhado papéis novos na reorientação e diversificação da expansão do país. De modo geral, os governos pós-1930 privilegiaram a Política Econômica em detrimento da Política Social. Entre o período de 1946-1950, o setor agrário era ainda considerado preponderante na renda nacional através do desenvolvimento do setor de exportação. Para ganhar divisas, o país passou a importar bens de capital (equipamento e tecnologia). A criação da Legião Brasileira de Assistência LBA⁸, a primeira grande instituição nacional de assistência é organizada após o engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. De imediato a LBA assumiu um amplo papel de mobilização de opinião pública para o apoio “ao esforço de guerra” promovido pelo então governo ditatorial. A assistência às famílias dos convocados teve também um amplo caráter promocional, movimentando sua ação assistencialista.

De acordo com Salata (2000), posteriormente, entre 1955 e 1960, das trinta metas de Kubischek, vinte e nove são econômicas e uma é social (Educação). Na Educação a prioridade foi para a formação de técnicos, à criação de Institutos de Ensino Superior, voltados para a área

⁷Resumo apresentado em aula de Política Social II Prof: Marize Rauber Engelbrecht.

⁸Pelo Decreto Nº 4830, de 15-10-1942, a LBA é reconhecida como órgão de colaboração com o Estado ao serviços de “assistência à maternidade e infantil, à velhice, aos doentes, aos necessitados, aos desvalidos, melhoria da alimentação e habitação dos grupos menos favorecidos, difusão da educação popular, levantamento do nível de vida dos trabalhadores e organização racional de seus lazeres”. Legião Brasileira de Assistência, Diretrizes e Realizações (Agosto de 1942 – Julho de 1943). Publicação da LBA, 1943.

técnica; aprovação da Leis de Diretrizes e Bases - LDB; incentivo à criação de escolas particulares; ensino primário e médio profissionalizante.

1.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1.1.1 Histórico da Assistência

Segundo Sposati (1998), o Serviço Social foi implantado no Brasil em 1936 em São Paulo, através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). A preocupação do CEAS criado em 1932, naquele momento, era a problemática operária. Naquela ocasião o CEAS mantinha quatro Centros Operários em São Paulo.

O Serviço Social no Brasil, para Carvalho *et al*, *apud* Sposati (1998), surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, principalmente por intermédio da Igreja Católica. “A Concepção Histórica do Serviço Social como ação profissional (técnico–científica) para superação da assistência, da dependência, da sujeição, terminou por identifica-lo como uma ação positiva cujo valor, ou validade, lhe é intrínseco”. (SPOSATTI, 1998, p. 44).

Ainda para a autora, este traço, da tentativa do rompimento da dependência, marca a trajetória da profissão, dando uma face de compromisso com a justiça e a liberdade. Em vários momentos de sua trajetória o compromisso social foi um componente fundamental da profissão, porém, sua compreensão se alterna a partir dos momentos históricos e da leitura da sociedade de classes.

Continuando, Sposatti (1998) afirma, quando este compromisso social se orienta pela conquista da liberdade individual, o Serviço Social passa a ter uma concepção de sua prática limitada a si mesma, suas ações são concretizadas como se fossem autônomas das relações de força da sociedade de classes (Década de Trinta). Esta concepção terminou por favorecer uma visão ingênua da profissão, buscando se legitimar pelos benefícios que produzia.

Sposatti (1998), afirma que em outro momento busca-se as abordagens grupais comunitárias como forma de redução da dependência individual dos “clientes⁹”. Assim a assistência se reveste de maior racionalidade, sem perder sua característica básica: o sentido de

⁹Clientes nomenclatura utilizada pelo Serviço Social no Conservadorismo. IAMAMATO, 1992.

benevolência, só que agora do Estado. Este período coincide com a administração ditatorial do Estado Novo instalado com o golpe de 1937 de Getúlio Vargas.

Continuando sua análise, um acontecimento importante foi o decreto lei nº 525 de 1938 que institui a Organização Nacional de Serviço Social enquanto modalidade de Serviço público, através do Conselho Nacional de Serviço Social, junto ao Ministério da Educação e Saúde. A LBA foi em 1942 reconhecida como órgão de colaboração com o Estado.

Ainda em 1942 segundo Iamamoto (1993) através do decreto lei nº 4048 de 22 de fevereiro de 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o objetivo de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. O SENAI foi um grande empreendimento de qualificação da força de trabalho, tendo incorporado rapidamente o Serviço Social.

Para a autora, a incorporação do Serviço Social¹⁰ na previdência se dá em um momento de reorganização e reordenamento das leis do trabalho, momento em que o Estado procura sistematizar sua legislação social, fato que teve sua expressão maior na consolidação das leis do trabalho, CLT.

Ainda para Iamamoto no ano de 1943, sob influência direta do Plano Beveridge¹¹, procurou-se modernizar e ampliar o seguro social. Para isto foi proposto a unificação das diversas instituições previdenciárias, a ampliação dos programas de benefícios e universalização, com a criação da Instituição de Serviço Social do Brasil (ISSB), projeto de Getúlio Vargas com base nos objetivos de assistência extensiva, isto é, do berço à sepultura, programas assistenciais amplos aliados aos benefícios tradicionais.

Em 1946, através do decreto lei 9403 de 25 de março de 1946, é oficializado o Serviço Social da Indústria (SESI). Este partia da premissa das dificuldades do pós-guerra, e que é dever do Estado concorrer não só diretamente, como incentivar e estimular a cooperação das classes em iniciativas tendentes a promover o bem-estar, além da consideração de que a Confederação Nacional da Indústria dispõe de recursos próprios para promover solidariedade entre empregados e empregadores e através da Assistência Social melhorar condições de

¹⁰Enquanto contratação de sujeitos formandos nas escolas especializadas.

¹¹Em 1942 surge na Inglaterra o Plano Beveridge, do teórico William Beveridge, que elege a necessidade, a doença, a ignorância, o desamparo e o desemprego como carências a serem acobertadas pelo Estado. No Brasil este plano foi implantado em 1943. ROTHENBURG *et ali*, 2003.

habitação, nutrição e higiene. A atribuição do SESI era estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na Indústria.

Assim em 1946 foi oficializada a Fundação Leão XIII, tendo por objetivo atuar sobre os habitantes das grandes favelas do Rio de Janeiro, principal grande centro urbano onde o Partido Comunista do Brasil se torna força política majoritária nas eleições de 1946.

Concluindo, segundo Iamamoto, foi somente a partir da década de 1960 que a profissão sofreu maiores transformações, tanto o agente¹² como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizado.

1.2 CONCEPÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL PÓS- 1988

Conforme Sposatti (1998, p. 20) “a Assistência é um campo concreto de acesso a bens e serviços pela população pauperizada”. Neste sentido a dimensão social torna-se campo de reivindicação coletiva, e também exigência a um novo direcionamento das propostas sociais, pois o Estado vai incorporar essas demandas nas Políticas Sociais. Porém, a modalidade que moldou as Políticas Sociais brasileiras foi primordialmente de caráter assistencial.

Prosseguindo sua análise a autora afirma que a Assistência tem se constituído como instrumento do Estado para enfrentar a “Questão Social”. O papel do Assistencial nas Políticas Sociais é o de conformar o usuário, possível gestor, em beneficiário assistido, também sendo o que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido. Em contrapartida, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das necessidades sociais na sociedade capitalista.

Ainda para a autora esse mecanismo assistencial, presente nas Políticas Sociais, revela a exclusão e a inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado. É este mecanismo que configura as Políticas Sociais como compensatórias de “Carências”. Um outro aspecto desse mecanismo é o rebaixamento da qualidade dos serviços, usando a justificativa de ser dirigido a pessoas de “poucas exigências” e por isso os Programas Sociais podem ser reduzidos a soluções precárias.

¹²Para maiores esclarecimentos ver Iamamoto, Raul de Carvalho. *Relações Sociais Social no Brasil*. São Paulo Cortez, 1993.

Segundo Nozabielli (2007) a Constituição Federal de 1988 – CF/1988, aprovada em 5 de outubro, trouxe uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social¹³:

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, *apud* Nozabielli, 2007).

A Política de Assistência Social é inscrita na CF/1988 pelos artigos:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, *apud* Nozabielli, 2007).

E também ...

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I–descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, *apud* Nozabielli 2007)

¹³ Tomou-se como base o texto. O processo de afirmação da Assistência Social como Política Social. Nozabielli, 2003, Revista Uel.

Na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) encontra-se:

A LOAS em seu Artigo Iº estipula que a Assistência Social direito do cidadão e dever do Estado é uma política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, *apud* Nozabielli, 2007).

A avaliação da Assistência Social pós-LOAS é, portanto, plena de ambigüidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa Política Social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais. (YASBEK *apud* Nozabieli , 2007).

Segundo Nozabielli, rumo a concretização dos pressupostos contidos na CF/1988 e na LOAS, em 1997 foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica (NOB) que conceituou o sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social. Em 1998 foi definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social.

Ainda para Nozabielli, em 2004 foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conseqüentemente, em 2005, fez-se necessário à edição de uma Norma Operacional Básica que definisse as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004), prevê que a Proteção Social deve ter como garantia as seguinte seguranças: “a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivencia familiar”.

Segundo Di Giovanni compreende-se por Proteção Social as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações(...) Nesse conceito, também, tanto as formas seletivas de

distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitiram a sobrevivência e a integração, sobre várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção fazem parte da vida das coletividades. (BRASIL, *apud* Nozabielli, 2007).

Com a PNAS, 2004 definiu-se a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem como função primordial a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social Brasileira (PARANÁ, 2006 p.20,21).

O Cras (Centro de Referência da Assistência Social), é a porta de entrada dos usuários à rede de Proteção Social Básica do SUAS. A implantação dos CRAS seguem algum critérios:

Os Cras são estruturas de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado, conforme os critérios: Pequeno porte I – Mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio porte- mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas (PARANÁ, 2006 p. 27).

Conclui-se, segundo Nozabielli, que a Assistência Social garantida pela CF-1988 inaugura um padrão de proteção social afirmativo de direitos que supera as práticas assistenciais e clientelistas. A LOAS, a Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica/SUAS, trazem a possibilidade de reversão da lógica do favor para a lógica do direito à proteção social para todos os cidadãos.

1.3 PROGRAMAS DE RENDA MININA E EDUCAÇÃO

Para Souza (2005), nos anos de 1990, as sociedades marcadas pelas desigualdades, como a brasileira, passaram a se preocupar com o crescente fosso entre os detentores e os destituídos, propondo então medidas educacionais e sociais para tentar reduzi-lo. No Brasil, tais políticas, chamadas de compensatórias, ganharam forças principalmente após a proclamação da Constituição de 1988.

Segundo Abranches (1998) as Políticas compensatórias garantem universalmente compensações à perda de renda derivada de oito circunstâncias: velhice, invalidez, viuvez, doença, maternidade, acidentes de trabalho, desemprego e crescimento familiar. É um direito geral, que assegura condições mínimas de subsistência.

Iwaya (2006) esclarece que a escola pública, universal e gratuita é um direito garantido pela constituição de 1988, resultado de luta de professores, estudantes, pais e de todos aqueles que se importam com a justiça.

Kerstenetzky (2006) aponta que no momento atual comemora-se a cobertura quase universal do ensino público fundamental, no Brasil 97% das crianças entre sete e quatorze anos estão na escola. No entanto, o desempenho escolar na avaliação feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação mostra a precariedade da educação fundamental. Saltou-se do índice de cobertura de 93% em 1997, para a cobertura quase universal em 2004, mas entre uma data e outra o desempenho escolar piorou.

Pondera Lessa (2006) que a cobertura educacional convive com o fato de ter baixa importância na vida desses jovens. Seu tempo de permanência nas escolas é em média 4,3 horas por dia, diferente de outros países como o Chile, onde o padrão de permanência é de 6 horas. Se este padrão fosse adotado no Brasil, o *déficit* de escolas seria gritante, e se adotássemos as oito horas da Coreia do Sul a rede de escolas teria que duplicar.

Voltando a Kerstenetzky, (2006) juntando-se a esse fator, falta investimento nas escolas, valorização dos professores, e medidas de expansão da rede pública para os níveis inferiores de formação, como a pré- escola, a creche e a ampliação das vagas para o ensino médio, faltando unir a ampliação da qualidade do ensino junto a cobertura do ensino, e também o tempo de permanência diária das crianças na escola: a jornada escolar. O aumento da jornada escolar traria melhoras a qualidade do ensino, proporcionando acesso às políticas como: alimentação, prevenção e assistência médica, assistência odontológica, recreação e atividades culturais, aumentando ainda a eficácia de programas como o Bolsa Família, que condiciona o recebimento do benefício a frequência escolar, que mesmo tendo frequência em salas de aulas não impede a participação dessas crianças no mercado de trabalho informal, o que possivelmente não aconteceria se a jornada fosse ampliada para oito horas.

Lessa (2006), finaliza seu raciocínio afirmando que, a política de universalização do ensino fundamental no Brasil, foi possível pela adoção de um padrão mínimo de permanência nas

escolas, abaixo do adotado por outros países que associaram a educação à melhoria de outros indicadores sociais fundamentais. “Basta manter-se as crianças por poucas horas nas escolas, desvalorizar material e simbolicamente a profissão dos educadores e comemorar índices enganadores”(LESSA, 2006 p.01). Com isso proliferam-se a subnutrição intelectual e o analfabetismo científico, ingredientes para a anemia cívica.

1.4 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA VINCULADO A EDUCAÇÃO, BOLSA FAMÍLIA

A totalidade deste ítem compreende os dados obtidos no site do Ministério do Desenvolvimento Social.

Numa perspectiva histórica não é possível falar de Bolsa Família sem a primeira referência do Bolsa Escola que foi tema em 1998 de uma Conferência Internacional- Renda Mínima Discussões e Experiências. Segundo o Cientista Social Cristovam Buarque, o Bolsa Escola parte da lógica de que se as pessoas são pobres porque não tem educação e não tem educação porque não tem renda e as crianças tem que trabalhar e por isso não vão a escola, então a idéia é simples, paga-se para a criança ir a escola.

Com o Programa Bolsa Escola, as famílias que antes jamais discutiam Educação em seus lares, passam a discutir, mesmo que angustiados com o medo de não receberem o benefício.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o Programa Bolsa Família é resultado da unificação dos antigos Programas do Governo Federal – Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás.

O Programa Bolsa Família (PBF) norteado pelo programa Fome Zero, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres com renda mensal por pessoa de 60,01 (Sessenta reais e um centavo) a 120 reais e extremamente pobres com renda mensal por pessoa de até 60 reais. O Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações. Essa dimensão concretiza-se nas condicionalidades ou compromissos que as famílias devem cumprir para participarem do Programa; coordenação de

programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Programa Bolsa família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

O recurso financeiro é depositado em nome da mãe ou responsável legal pelo aluno e pode ser sacado mensalmente nas agências da Caixa Econômica Federal por meio de um cartão magnético, sem a intermediação de líderes políticos. Ao completar 16 anos, o adolescente é desligado do programa. O pagamento é suspenso caso as crianças atendidas não obtenham frequência escolar mensal mínima de 85%. O controle da frequência deve ser realizado pelas prefeituras participantes do programa a cada trimestre. (Vogt 2002)

Segundo Decreto Lei nº 6157 de 16 de julho de 2007, o Programa Bolsa Família libera 18 reais por criança de 0 à 15 anos, limite de 03 filhos, além do Benefício básico (fome zero) de 58 reais para famílias com renda *per capita* de até 60 reais por mês.

Para entrar no Programa Bolsa Família, as famílias com renda mensal por pessoa de até 120 reais devem procurar a Prefeitura de seu município e fazer o cadastro no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico¹⁴). Uma vez inscritas no CadÚnico, a inclusão no Programa Bolsa Família é feita via sistema, de forma sistematizada, buscando priorizar as famílias de menor renda. Entretanto, nem sempre isso acontece, o sujeito da pesquisa M4 em entrevista sobre a renda mensal revela: *“Três pessoas trabalham, meu marido ganha em torno de 1.000 reais, eu 700 reais e meu filho mais velho 415 reais”*. Neste caso específico verificou-se que o benefício recebido por esta família contrariou as exigências do Programa Bolsa Família, visto que M4 recebia 30 reais.

Como exigência, para continuar recebendo o benefício as famílias devem cumprir condicionalidades, isto é, compromissos assumidos nas áreas de educação e saúde.

Em relação à Saúde (Portaria do Ministério da Saúde/ Ministério do Desenvolvimento Social (MS/MDS) nº 2.509, de 18 de novembro de 2004) para as famílias com criança até 7 anos:

¹⁴Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, é um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país. Devem se cadastrar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Os cadastros são processados pelo Agente Operador do Cadastro Único – CAIXA, que é o órgão responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social - NIS.

- Levar as crianças para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação;
 - Levar as crianças para pesar, medir e ser examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde.
- Para as gestantes e mães que amamentam:
- Participar do pré-natal;
 - Continuar o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde e levando sempre o Cartão da Gestante;
 - Participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável. (BRASIL, 2007)

Em relação à Educação-Portaria do Ministério da Educação/ Ministério do Desenvolvimento Social (MEC/MDS) nº 3.789, de 17 de novembro de 2004, a exigência é:

- matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola;
- garantir a frequência mínima de 85% das aulas a cada mês. Se o aluno precisar faltar é necessário informar à escola e explicar o motivo;
- informar ao gestor do Programa Bolsa Família sempre que alguma criança mudar de escola. Assim, os técnicos da Prefeitura do município poderão continuar acompanhando a frequência. Porém muitas vezes isso não é cumprido, M1 em entrevista relata: *“ao mudar de colégio meu filho parou de receber, a escola deveria avisar o Bolsa Família eu não tenho tempo de fazer isso”*. Quanto à essa postura do sujeito da pesquisa, a orientação feita foi: que o sujeito procura-se o gestor do Programa Bolsa Família para atualizar os dados sobre a mudança de escola. (BRASIL, 2007).

1.4.1 Controle da Frequência Escolar

A presença de crianças e adolescentes na escola é acompanhada bimestralmente pelos Ministério da Educação e do Desenvolvimento Social. Para continuar recebendo o Bolsa Família, os pais precisam, além de efetuar a matrícula dos filhos com idade entre 6 e 15 anos, se certificar de que estão assistindo no mínimo 85% das aulas por mês. O descumprimento da condicionalidade por cinco vezes consecutivas leva ao cancelamento do Benefício.

Há um sistema on-line de acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família, desenvolvido em uma plataforma *WEB* a fim de permitir o acesso ao sistema em todas as regiões do país. Quando os municípios não enviam na data certa, podem ficar sem receber recursos para investimento na gestão municipal do programa¹⁵.

O registro da frequência escolar somente ocorrerá quando o período de encaminhamento estiver aberto.

Segundo informações do operador master¹⁶ do município de Toledo¹⁷, o controle da frequência escolar se dá por meio do sistema *on-line*. Quando a família se cadastra no Programa Bolsa Família através do CadÚnico, é exigida uma declaração de matrícula, sendo gerada uma lista com o nome da criança e o colégio onde estuda, que é enviada ao Ministério da Educação (MEC) para controle da frequência escolar.

De posse dessas listas, o operador master acessa o sistema e as imprime, enviando as mesmas para as escolas para o devido preenchimento dos dados referentes a frequência escolar, dados esses que são remetidos novamente para o operador master, que os direciona para o sistema de frequência escolar do MEC.

1.4.2 Programa Fome Zero

Com base nos dados do MDS, o Programa Fome Zero é uma Política Pública de Segurança alimentar que visa a erradicação da fome e da exclusão social. É uma política porque expressa a decisão do governo de enquadrar o problema da fome como uma questão nacional, e não como uma fatalidade individual. É uma Política Pública porque, além do Estado, envolve toda a sociedade. Os princípios do Programa Fome Zero têm por base: a transversalidade e intersectorialidade das ações estatais nas três esferas de governo; no desenvolvimento de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade; na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias.

¹⁵Informações retiradas do Manual On- line do programa Frequência escolar; disponível em <<http://www.frequenciaescolarpbf.mec.gov>>

¹⁶Operador Municipal Master – é a pessoa que será cadastrada junto ao Ministério da Educação como responsável pelo acompanhamento da frequência escolar no Município.

¹⁷ Informações obtidas via telefone em 20 de set. de 07, através do responsável pela Frequência Escolar do Município de Toledo.

O Programa Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

Eixo 1- Acesso aos Alimentos:

Este eixo contém programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação. Entram nesse eixo o Programa Bolsa Família, Alimentação Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), alimentos a grupos populacionais específicos que visa ampliar o acesso aos alimentos básicos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos de trabalhadores rurais acampados, catadores de lixo e outros que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição de alimentos; Cisternas é uma ação desenvolvida para a população rural da região semi-árido¹⁸; Restaurantes populares; Bancos de alimentos que atua no recebimento de doações de alimentos considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo; Agricultura urbana / Hortas comunitárias; Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), é uma ação da atenção básica à saúde que tem o objetivo de sistematizar o monitoramento do estado nutricional; Distribuição de vitamina A (Vitamina A+), é voltada para crianças de 6 a 59 meses de idade e mulheres no pós-parto imediato, pertencentes às áreas endêmicas, como Região Nordeste, Vale do Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais; Distribuição de ferro (Saúde de Ferro); Alimentação e nutrição de povos indígenas; Educação alimentar, nutricional e para consumo; Alimentação Saudável / Promoção de Hábitos Saudáveis; Alimentação do trabalhador (PAT);

Eixo 2- Fortalecimento da Agricultura Familiar:

Este eixo busca o desenvolvimento de ações específicas na agricultura familiar promovendo a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo. Entram nesse eixo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), valoriza e divulga a agricultura familiar; Garantia-Safra é uma das ações do Pronaf que visa à tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola na região semi-árida brasileira; Seguro da Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar,

¹⁸Região do semi-árido é situada na porção central da Região Nordeste. Compreende os Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Roraima, Paraíba, Sergipe e parte de Minas Gerais com 54.670,4 Km².

Eixo 3 -Geração de Renda:

Este eixo incentiva a economia solidária e desenvolve ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho. Encontram-se nesse eixo os programas: Qualificação social e profissional; Economia solidária e inclusão produtiva; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) é uma iniciativa de promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do País, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda; Organização produtiva de comunidades promove a inclusão social de desempregados, comunidades pobres, urbanas e rurais, e trabalhadores de empresas em processo de desestruturação produtiva, organizando-os em empreendimentos produtivos autogestionários, economicamente viáveis e sustentáveis.; Desenvolvimento de cooperativas de catadores; Micro Crédito Produtivo Orientado concede crédito para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte

Eixo 4- Articulação, Mobilização e Controle Social:

Este eixo tem como proposta estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional. Entram nesse eixo os programas: Casa das Famílias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é um serviço continuado de proteção social básica, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social; Capacitação de agentes públicos e sociais promove oficinas, cursos e eventos, visando à ampliação da capacidade dos agentes públicos e sociais para monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, Mutirões e doações; Parcerias com empresas e entidades; Controle social - conselhos da área social é a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações do Fome Zero.

A unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás permitiu uma gestão mais racional da política de transferência de renda do Governo Federal, pois reduz substancialmente todos os sistemas administrativos e de controle dos atuais programas permitindo uma fiscalização muito mais eficiente, inclusive no combate a eventuais fraudes e desvios. Além disso, possibilita a realização de avaliações mais precisas sobre o resultado da aplicação dos recursos do Programa e seu retorno para a sociedade e as famílias atendidas.

1.5 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA

Para iniciar este ítem recorreu-se ao estado da arte dos teóricos e suas posições sobre as Políticas de Transferência de Renda e os Programas de Renda Mínima.

As Políticas Sociais são constituídas de transferência de renda, que independem do poder de barganha individual ou de grupos. Entende-se o *Welfare State*¹⁹ como um regime específico de transferências sociais, com objetivo de promover o bem-estar dos indivíduos mediante uma redistribuição da renda e da riqueza comprometida com a idéia de justiça. (LAVINAS, 2000).

As Políticas de Transferência de Renda constituem-se em Programas de Garantia de Renda Mínima. A renda mínima é uma transferência de renda monetária direta do governo a indivíduos ou famílias que carecem do mínimo vital. De forma geral, o montante da renda mínima constitui-se no diferencial entre a soma de todas as rendas de uma família e o valor mínimo necessário à sobrevivência, teto esse estipulado em função da composição demográfica da família, isto é, número de crianças, de inativos ou idosos, e das condições de vida no país. LAVINAS (1998).

Para Vogt (2002) no mundo todo há diferentes programas e mecanismos de garantia de renda mínima destinados a públicos diversos e com objetivos e critérios variados. As discussões sobre a renda mínima começaram a ser formuladas por pensadores liberais no século XVIII.

Ainda para a autora, as experiências com Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM) surgem nos países desenvolvidos, no século XX, à medida que vai se consolidando o chamado Estado de Bem-Estar-Social. Seu objetivo era criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através de uma transferência de renda complementar. Um dos primeiros Programas de Transferência de Renda de que se tem notícia foi instituído pelo governo britânico em 1908.

Muitos países europeus já nos anos 1930-1940 passaram a adotar políticas com esse perfil redistributivo. A partir de 1975, quando os empregos passam a se tornar escassos na Europa, os governos introduzem políticas compensatórias, como o salário-desemprego. Em 1986 fundou-se a Rede Européia da Renda Básica, a *Basic Income European Network (BIEN)*, com o

¹⁹Entende-se o Welfare State como uma política de bem estar social.

propósito de se tornar um fórum para debater intensamente todas as experiências de renda de mínima, básica ou de cidadania, nos mais diversos países, rede que difundiu esta idéia mundialmente.

Retornando a Lavinias (1998) no caso dos Programas de Renda Mínima brasileiros, as transferências de renda monetárias às famílias pobres assumem características próprias, exigindo uma contrapartida das famílias usuárias, em sua maioria ligada a educação.

Outros estudiosos como Cohn (2002) avaliam que a pobreza não é nova no Brasil. Ela própria, independentemente das suas formas de manifestação social, sofre uma trajetória peculiar enquanto “Questão Social”, e nessa qualidade demandando a intervenção do Estado. A começar pela era getulista, por exemplo, ela vem substituir a concepção da “Questão Social” como uma questão de polícia em voga durante a Primeira República, quando a partir de 1930 ela passa a constituir uma questão de políticas específicas do Estado na regulação entre capital e trabalho, formulada a partir da ótica da construção de um Estado Nacional e de um projeto de industrialização do país.

Para Sposati (1997) teórica do Serviço Social, no Brasil em 1940, quando da fixação do salário mínimo estabeleceu-se uma renda mínima para o trabalhador, determinando o padrão básico de ganho mensal. Todavia, o poder aquisitivo desse salário não foi mantido, sendo corroído por um processo histórico de arrocho salarial, agravado após a instauração do regime militar em 1964.

Já para Vogt (2002) o elevadíssimo grau de concentração de renda e de riqueza é uma das características marcantes da economia brasileira. Os índices de desigualdade na nossa sociedade estão entre os mais altos do mundo. Neste cenário, a implantação da garantia de uma renda mínima - a transferência de recursos em dinheiro para pessoas ou famílias que não alcançam determinado patamar de renda - é um dos instrumentos fundamentais para combater a miséria e minimizar esse dramático quadro social. Uma importante iniciativa, que abriu campo para a ação governamental, foi a aprovação no Senado, em 1991, do Projeto de Lei nº 602 do Senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), segundo o qual toda a pessoa de 25 anos ou mais que não recebesse o equivalente, hoje, a cerca de 350 reais teria o direito de receber 30%, ou até 50%, da diferença entre aquela quantia e sua renda. Posteriormente enviado à Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer

favorável do Deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) mas, até hoje, apesar de pronto, aguarda para ser votado.

Em Suplicy (2002) encontra-se outro Projeto de Lei do mesmo autor que institui a Renda de Cidadania no Brasil onde todos os cidadãos brasileiros residentes no país, e estrangeiros residentes a mais de cinco anos no Brasil teriam direito a receber um benefício independente de sua condição socioeconômica, que atendesse as despesas mínimas com alimentação, habitação, educação, saúde.

O Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - Bolsa Família, que é um programa de complementação de renda, tem como objetivo elevar o bem-estar de famílias carentes e incentivar a escolarização de seus filhos ou dependentes. (Vogt 2002). Atende atualmente 11.120.353 beneficiários em 99,93% dos municípios brasileiros dos 5.561 existentes. (Ministério do Desenvolvimento Social MDS).

A pesquisadora Lena Lavinias (1998), que participou de uma pesquisa de avaliação dos programas de renda mínima coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que, na sua versão atual, os programas de renda mínima pretendem combater a pobreza evitando o trabalho precoce infantil e aumentando o grau de instrução dos mais pobres, em particular dos seus dependentes. Segundo a autora a idéia é que o acréscimo do nível educacional dessas crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza. Assim sendo, são programas cujos efeitos se farão sentir muito mais no médio e longo prazo.

Isso se verificou nas quatro entrevistas realizadas, e três sujeitos afirmam que o Bolsa família contribui para manter a criança na escola. Assim M3 afirma: *“o dinheiro não dá para manter a criança na escola, mas é um incentivo, dá para comprar alguns materiais escolares”*. Sobre isso Lavinias reforça que, nessa versão, o programa acaba excluindo, aqui e agora, uma parcela relevante da população pobre em idade adulta, notadamente os jovens adultos sem filhos, ou famílias com crianças em idade pré-escolar, ou ainda aquelas com jovens cuja idade varia entre 15 e 18 anos, que não concluíram o primeiro grau.

Para Silva e Silva; Yazbek e Giovanni (2004), apesar dos limites existentes, não se pode esquecer também do significado desse programa em termos de assistência social, onde o recebimento de 15 reais é absolutamente relevante numa situação de extrema miséria. Ainda comparativamente com os programas tradicionais de Política Social no Brasil, esses programas

de transferência de renda trazem um avanço no seu desenho institucional ao dispor diretrizes sócio-educativas e manifestar a preocupação explícita de articulação com outros programas, mas na prática isto não ocorre.

Prosseguindo está análise, os pesquisadores acima afirmam que, a quantidade de pessoas e o volume de recursos hoje envolvidos nos programas nacionais são tão grandes que, se devidamente articulados, já haveria condições de se pensar numa grande política nacional, em que cada município não precisasse tentar resolver por si só o problema da miséria, pois para os autores não adianta cada município, por mais avançado que esteja na sua perspectiva política, ficar angustiado e isolado querendo resolver o problema da pobreza da sua região através de programas de transferência de renda específicos, sem que estes programas se articulem com a educação, com a saúde, com o trabalho e outros programas afins.

Afirmando que os programas de transferência monetária isoladamente não vão acabar com a pobreza, nem resolver os problemas de desemprego do país, prognosticou que, já é tempo de começar a pensar em sair de uma política de renda mínima, para uma política de renda de cidadania, que denota a garantia do direito à vida para toda a população, pois tem-se a necessidade que os programas de transferência de renda se transformem numa grande política nacional que seja implementada de modo coordenado e descentralizado.

Como estudiosos do assunto, apontaram ainda que, a grande dificuldade desses programas é o tempo de estruturação, que se relaciona diretamente com a questão da autonomização da família. Dessa forma a sociedade precisa entender que a pobreza é um problema estrutural. Portanto, tem pessoas que vão ser pobres a vida inteira. Um programa pode dar um auxílio por um tempo determinado, a situação pode até melhorar naquele tempo, mas a questão não vai ser resolvida. As políticas sociais por si só não solucionam os problemas econômicos. Se não houver uma mudança de modelo econômico, os problemas vão continuar, finaliza a autora.

Concluindo, Cohn (2002 sp) em seu artigo Programas de Transferência de Renda e a “Questão Social” no Brasil esclarece que: "Cria-se muita expectativa em torno dos programas de transferência de renda, mas não se atenta para a pobreza estrutural. As políticas de complementação de renda são residuais, temos que reconhecer a magnitude de nossos problemas".

Pondera Geraldo Di Giovanni *apud* VOGT, coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), da Unicamp, no artigo Políticas Públicas Proteção e Emancipação.

Programas de renda mínima. “Renda não é mínima, nem máxima, a renda é o mínimo. Assim como também, o tempo da emancipação não é cronológico, é um ‘tempo social’”. (VOGT, 2006 sp).

2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A concepção de Educação a qual está pesquisa se refere é a Educação Dialética Gadotti. (1996), que está vinculada a um determinado projeto societário ligado a luta dos trabalhadores como opção da profissão Serviço Social. É com base nesse projeto que torna-se importante abordar inicialmente alguns conceitos fundamentais com base no mesmo autor. O projeto ético – político e profissional do Serviço Social têm seus fundamentos teóricos e metodológicos assentados no materialismo – histórico – crítico- dialético. A Educação é então compreendida nessa perspectiva teórica como um “processo cultural, que faz parte do conteúdo global da sociedade”. É considerada como uma prática social em estreita relação com o contexto sócio-político-econômico, e somente a partir deste, pode ser compreendida e interpretada. É nesse contexto que a Educação entende seu significado, possibilitando maior compreensão de suas finalidades e de seus métodos, sendo, portanto, concebida como um fenômeno intimamente ligado às situações histórico-culturais. Nessa perspectiva, a Educação deve ser compreendida como um processo político, exatamente por traduzir objetivos e interesses de grupos sociais economicamente diversos.

Ainda para o autor citado, a escola é concebida como parte constituinte do todo social, e, por isso, é uma instituição não autonomizada, ou seja, parte integrante e inseparável dos demais fenômenos que compõem a totalidade social. Nessa concepção dialética a escola faz parte integrante do todo social, trazendo consigo as contradições da própria sociedade.

Continuando, segundo o autor, como instituição social, a escola exerce a função da socialização dos conhecimentos historicamente produzidos. Assim, essa forma de compreender o papel da escola, aponta necessariamente para a transformação das estatísticas escolares a fim de propiciar a elevação cultural do indivíduo e da sociedade.

A Educação somente poderá ser compreendida por meio de sua organização, que se realiza pelo Sistema Escolar. Este é o grande instrumento do capitalismo na preparação da mão de obra, e desenvolvimento social do homem. Em suas relações sociais a sociedade tem a função de reproduzir a vida material, e este sistema capitalista representa uma forma de toda alienação e do grau de exploração inerente. A produção da Educação desde o início do século XX é mais socializada e desenvolve uma profunda influência sobre a vida do homem em seu meio social.

Numa primeira aproximação com a Educação como campo do conhecimento, reconhece-se que a mesma se constitui como Política Social e que essa condição está atrelada cada vez mais às reformas liberais em todo mundo contemporâneo, em construção desde a década de 1980. No quadro recente de reestruturação produtiva, o sistema capitalista faz imposições com relação à educação, e o mercado submete os trabalhadores à programas de estudo permanente. A fim de se manterem no mundo produtivo, também o trabalhador atual se vê coagido a manter um padrão de desenvolvimento intelectual, e de habilidades, atendendo assim às inovações tecnológicas.

Santomé (2003) afirma que na atualidade, a economia e as transformações realizadas pelo capitalismo em um dos seus modos mais selvagens, explica em maior parte a reestruturação e a reforma dos sistemas educacionais, onde o mesmo está sendo submetido às mesmas regras que regem a esfera da produção e do comércio. No momento em que vivemos as crises econômicas e até mesmo os conflitos sociais costumam ser explicados por alguns setores sociais ligados aos poderes políticos-econômicos dominantes como fruto de uma queda dos níveis escolares, alegando que não são mais trabalhadas nas salas de aula certos conhecimentos e habilidades elementares.

Porém, a educação não é a única responsável pela transformação das sociedades

Sobretudo em países e economias onde as desigualdades são reforçadas por instituições públicas e privadas em que o poder é dividido de forma muito desigual, por legislações que não assumem o princípio de igualdade de oportunidade e por uma distribuição injusta de capitais e propriedades. (SANTOMÉ, 2003. p. 26).

2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DITADURA MILITAR

Segundo Nogueira (2007), a função que a educação escolar assumiu, no período militar, foi a de vincular de forma mais contundente, a formação escolar com as necessidades da indústria, dos serviços e da burocracia estatal que se expandiu de forma acentuada entre 1967 e 1968, rompendo com a formação geral, propedêutica e erudita.

Continuando a autora afirma que a educação escolar nesse período assume um papel importante para o desenvolvimento social e econômico, partindo-se da constatação de que sendo

o Brasil subdesenvolvido, caracterizado por uma taxa elevada de analfabetos, um grande número da população ativa ocupada no setor primário e grande porcentagem de mão-de-obra em grupos etários jovens, qualquer aperfeiçoamento no setor educacional corresponderia a um diferencial elevado em face do baixo padrão de qualificação. Esse momento se caracterizou como adequação da educação como espaço de treinamento para o trabalho.

Segundo a autora a gratuidade do ensino neste período estava restrita a faixa etária de 7 a 11 anos (ensino primário), e o ensino no perímetro rural estava sendo feito através da televisão e rádio. A justificativa usada era a de que a população rural estava muito dispersa ficando difícil construir escolas para esse público. Já o ensino secundário e o ensino superior não eram gratuitos, privilegiando determinados grupos sociais. Foi somente com a lei 5.692/71 que a obrigatoriedade do ensino passou a ser dos 7 anos a 14 anos. Diferente do que diz a lei o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) indicava a obrigatoriedade do ensino apenas nas capitais dos estados e cidades mais desenvolvidas.

Segundo Nagel (2007), a partir da década de 1970, na educação do ser social, atualizado pelo toyotismo²⁰, projetado para ter alegria ao consumir ou para expressar satisfação narcísica de ter, torna-se natural o discurso contra o chamado pensamento Iluminista incentivador da investigação científica, e esta como fator responsável pelo desenvolvimento, o Racionalismo que vê a razão como capacidade de julgar e de discernir o verdadeiro do falso por meio de operações mentais, discursivas e lógicas, e também do objetivismo que afirma ser a razão o único modo de conhecer, esta defende o capitalismo abertamente. Assim a educação para o consumo vai encontrar fundamentos no relativismo que consiste no abandono de critérios para análise dos fatos ou fenômenos, abolição de qualquer critério para análise da realidade ou para a prática social.

Segundo Lopes (2006), passado vinte e um anos de governo militar no Brasil, houve um processo no país de intensa mobilização popular, em que milhões de pessoas foram às ruas reivindicar seus direitos e exigir que houvesse a participação da sociedade civil nas eleições. Somente em 1989 ocorreu este avanço democrático, sendo Fernando Collor de Melo, o primeiro

²⁰O toyotismo é um modo de organização da produção capitalista que se desenvolveu a partir da globalização do capitalismo na década de 1950. Surgiu na fábrica da Toyota no Japão após a II Guerra Mundial, e foi elaborado por Taiichi Ohno mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 é que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (*modelo japonês*), adquirindo uma projeção global.

Presidente da República eleito por meio de voto direto. Iniciou-se um processo de concretização dos direitos sociais garantidos no Artigo 6 da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, *apud* LOPES, 2006)

Prosseguindo sua análise a autora descreve os principais acontecimentos que geraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Segundo ela, frente às mudanças ocorridas na sociedade brasileira, foi preciso um aprofundamento teórico sobre as leis e diretrizes da educação. Foi com base na Declaração de Salamanca²¹ e a Declaração Mundial sobre Educação para todos²², que a LDB foi construída.

A nova Lei reafirmou o direito à educação, estabeleceu diretrizes e bases, tendo características básicas de flexibilidade, abertura e inovações importantes para a educação nacional. A aprovação e a regulamentação da LDB de 1996 trouxe alterações significativas para o ensino brasileiro, pois ampliou a educação, ajustando-o às necessidades sociais, ou seja, o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção do cidadão no mercado de trabalho.

Porém, observa-se que a LDB/1996 apresenta uma proposta de transformação do ensino público, pois esta e o sistema escolar não estão desassociados do contexto econômico e político neoliberal emergentes na América Latina, especialmente no Brasil. Os ideários expressos na Política Neoliberal promove o desmonte das políticas sociais, conseqüentemente prejudica a educação. Nesta conjuntura faz-se necessário a intervenção do Serviço Social.

²¹Trata dos Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Trata-se de uma resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral, a qual apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. Wikipédia, 2006.

²²Tem como objetivo primeiro à Educação para Todos, para isso ocorrer se deve satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, dando um enfoque abrangente isto é propiciar ambiente adequando para a aprendizagem, promover a equidade entre outros enfoques. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. Ação Educativa, 2007.

2.2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Segundo Lopes (2006), a inserção do assistente social no âmbito educacional foi primeiramente proposto pelo deputado José Carlos Elias, e a relatora deputada Miriam Reid projeto de Lei nº 3.688 de 2000, também pelo projeto de Lei nº 837 de julho de 2005, e o projeto de lei 15.075/06-PR, que autoriza a implantação do Programa Psicopedagógico Social nas escolas públicas do Paraná, ou seja, que dispõe sobre a introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas.

Prosseguindo, a autora afirma que a inserção deste profissional no âmbito escolar supõe que os problemas socioeducacionais podem ser atenuados por meio da atuação interdisciplinar do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares da rede pública. Acredita-se que a atuação do Assistente Social nas escolas públicas poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que em muitos momentos as questões sociais mais pertinentes não são trabalhadas pela escola.

Para o grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação do CFESS, BRASIL (2000), vivencia-se nos últimos anos uma crescente polarização. De um lado, um processo de concentração de renda e riqueza, e, de outro, um crescente processo de exclusão social, vulnerabilizando cada vez mais a população trabalhadora brasileira, em particular.

O direito a educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola, está garantido na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (8069/90) e na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) dentre outras. Tem como finalidade a formação para o exercício da cidadania, para o trabalho e para participação na sociedade. Assim, a educação tem como objetivo o pleno desenvolvimento do sujeito para exercer a cidadania, aqui entendida como ter acesso aos direitos, civis, políticos, e sociais, direitos civis entendidos como direitos individuais, liberdade, propriedade e a vida; direitos políticos compreendidos como participação e influência no exercício do poder, e os direitos sociais como a preservação da dignidade humana²³.

Para falar sobre o Serviço Social e Educação usou-se como referencia teórica textos do grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação CFESS, BRASIL (2000). A contribuição do Serviço Social na garantia do direito a educação nos remete a temas que atravessam a

²³ Resumo apresentado em aula de Questão Social Professora doutora: Zelimar Soares Bidarra 09/11/2006.

realidade social, política, econômica e cultural, mas que são identificadas no dia-a-dia da escola, pois o processo educacional não está alheio aos problemas sociais. O contexto de ensino brasileiro atualmente tem se mostrado insuficiente, tanto no que se refere a quantidade de vagas, como na qualidade do ensino.

Ainda para o CFESS, as estatísticas mostram que em algumas regiões do país sessenta por cento (60%) dos alunos que iniciam seus estudos não concluem a 8ª série do ensino fundamental, sem falar no baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do ensino público brasileiro, pois é dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo acesso e permanência do aluno na Escola.

O Serviço Social no âmbito Educacional pode possibilitar a contribuição com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes.

- Uma outra contribuição, e quanto ao devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais para os alunos provendo o atendimento de suas necessidades básicas.
- Para o profissional do Serviço Social que atuar no âmbito Educacional cabe algumas competências e atribuições.
- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar,
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania,
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública,
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades,
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente,
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais,
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão do assistente social no artigo 4º da lei citada, onde encontra-se

as competências do assistente social e no artigo 5º as atribuições privativas do assistente social (BRASIL, 2000)

Sabe-se que até pouco tempo o Serviço Social não era privilegiado como campo de trabalho no âmbito escolar, porém a inserção do mesmo não é nova. Para Costa (2007), as primeiras intervenções do Serviço Social Escolar deram-se nos Estados Unidos, no início do século XX, que integrava a equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores. O objetivo era atender os alunos com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentadas no espaço escolar.

Prosseguindo, a autora afirma que na França o Serviço Social era especializado no setor da Saúde, resolvendo problemas de aprendizagem relacionados à saúde dos alunos. Na América Latina, embora atendesse individualmente, buscava a relação da escola com a comunidade através da família dos alunos.

Finalizando reconhece-se a importância do Serviço Social no âmbito educacional, pois este profissional tem condições de mediar problemáticas vivenciadas no espaço educacional, já que sua bagagem teórico metodológica admite elaborar a interpretação crítica de seu contexto de trabalho, e propor estratégias que garantam a qualidade e abrangência dos serviços oferecidos neste espaço. Salienta-se que tendo em vista que a educação é uma política pública de direito constitucional, este, portanto, deve ser garantido não somente com a democratização do acesso do sujeito à educação, mas, sobretudo, à qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão. Nesse contexto cabe ao profissional Assistente Social, por meio de sua prática, ampliar e contribuir para a sua garantia (LOPES, 2006).

2.3 EVASÃO ESCOLAR

Segundo Brandão *et al* (1983), o número elevado de evasão e repetência vêm atravessando todos os planos e investimentos em educação fundamental, desde os movimentos mais efetivos em busca de um sistema público de ensino, na década de 1920, até os dias atuais.

Continuando, a autora explicita que o sistema de ensino público vem, contraditoriamente, gerando analfabetos e sua absoluta incapacidade de reter esses alunos não

tem gerado preocupações e ações efetivas dos educadores se for observado as produções de pesquisa sobre o assunto.

A autora levanta a questão da seletividade social dentro da escola. O fato de haver democracia, isto é, a possibilidade de acesso, não é garantia de permanência ou de democratização do ensino.

Prosseguindo sua análise, expõe que a incapacidade do sistema escolar de lidar com seu público acaba procurando fora do âmbito escolar a justificativa para seu fracasso. Muitas vezes a culpa é jogada na pobreza.

Ainda para a autora há duas perspectivas de análise da evasão escolar e repetência para Bordieu e Passeron. Uma, baseada nas obras de Bordieu, do Fatalismo Biológico, onde o aspecto físico tem influência na aprendizagem.(deficiências em geral) e a segunda de Passeron, Fatalismo Social, que, por sua vez, aponta para a situação de pobreza e de pertencimento a estratos sociais baixos, a dificuldade de aprendizagem e à evasão escolar. Do contraste das duas tendências permitiu o surgimento de uma terceira forma de análise, que incorpora o contexto socioeconômico e político de forma menos fatalista e que procura incorporar a categoria ‘totalidade’ na análise da prática escolar.

Outros teóricos como o filósofo Ruben Alves e Dimenstein têm outras posições definidas, que no Evento I Encontro da Comunidade Escolar : Evasão escolar, causas e soluções em discussão. se declararam:

Segundo Dimenstein²⁴ (2006), Salas super lotadas, conteúdos pouco atraentes, professores mal treinados, pais que não se envolvem com o aprendizado dos filhos são as principais causas da evasão escolar. Sem falar que 70% do conteúdo dado em sala de aula não serão usados no dia-a-dia dos alunos.

Para Rubem Alves (2006), a pedagogia utilizada pelos professores é pouco atraente, pois ‘nenhuma criança evade de um parque de diversões, circo ou sorveteria’ diz o autor, defendendo, deste modo, a utilização de métodos de ensino mais próximos á realidade das crianças.

²⁴Gilberto Dimenstein é jornalista pesquisador da área educacional.

Loures²⁵ (2006) defende que a educação deve fazer sentido para o aluno. Segundo ele, os professores possuem muito potencial, mas a burocracia educacional não permite que este potencial seja aproveitado em prol dos alunos.

Rodrigues²⁶ (2006) aponta a atuação dos conselhos Tutelares no combate a evasão escolar. Estes, segundo ela, atuam como agentes articuladores que tomam medidas para que a criança não se ausente da escola.

Mattos²⁷ (2006) aponta o trabalho infantil como principal causa da evasão escolar. Segundo a promotora, não há muitas denúncias de trabalho infantil. Porém, sabe-se que isso acontece, sendo que as escolas deveriam passar informações, pois é o professor que conhece os alunos e a causa da evasão dos mesmos.

Percebe-se que são vários os elementos que contribuem para a evasão escolar, e que existe a necessidade de programas e projetos que possam minimizar esse quadro, como o Programa Bolsa Família.

²⁵Rodrigo da Rocha Loures presidente do sistema Fiep, e do Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial.

²⁶Promotora de Justiça do Centro de apoio da criança e do adolescente, Marcela Rodrigues.

²⁷Margaret Mattos é procuradora do Ministério Público do Trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS (LEVANTAMENTO DE DADOS).

Esta pesquisa foi realizada por meio de duas atividades fundamentais. A primeira de natureza teórica (conceitual), onde realizou-se o estado da arte da pesquisa por meio de uma revisão bibliográfica sobre o que já foi publicado a respeito do objeto desta pesquisa. A segunda atividade foi a realização de um levantamento de dados empíricos junto a Secretaria de Educação do Município de Toledo, onde levantou-se os dados sobre a escola com maior índice de evasão escolar no ano de 2006. Porém, estas informações não estavam prontas, sendo optado assim pela análise do ano de 2005. Depois de verificado a Escola com maior índice de evasão escolar, ou seja, a Escola Municipal Antonio Scain, foi-se até a Secretaria da Escola, onde buscou-se nomes e endereços das crianças que estudaram na escola no ano de 2005, que recebiam o benefício do PBF (Anexo), e também até aos sujeitos da pesquisa, que constituem a amostra dessa pesquisa: quatro famílias (mães e crianças) de alunos que recebiam Bolsa família no ano de 2005 da escola supra citada, matriculados na 4ª série do ensino fundamental do ano citado.

O instrumental escolhido foi a entrevista com o apoio de um roteiro orientador e formulário (Apêndice).

Na classificação desta pesquisa foi utilizada a abordagem Qualitativa que procura tratar os dados, analisando a sua qualidade, incluindo a interpretação subjetiva, visto que houve interação entre sujeito-objeto da pesquisa, adotando-se inclusive a totalidade social como dimensão mais adequada para esta investigação. Segundo a Teoria Social Crítica²⁸ a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões sendo adequada para aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. É empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (Minayo 1994). A dimensão quantitativa explicitou-se por meio dos dados empíricos do levantamento realizado e os dados e sua interpretação estão dispostos por meio de tabelas. O tipo de pesquisa utilizado foi a Exploratória, onde buscou-se vários conhecimentos já publicados a respeito da evasão escolar e Bolsa Família, objeto deste estudo. O estudo de caso foi escolhido para acompanhar os sujeitos do universo desta pesquisa para

²⁸Conteúdo discutido em orientação de TCC no ano de 2007.

localizar possíveis situações de evasão escolar. “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 1989 p.58).

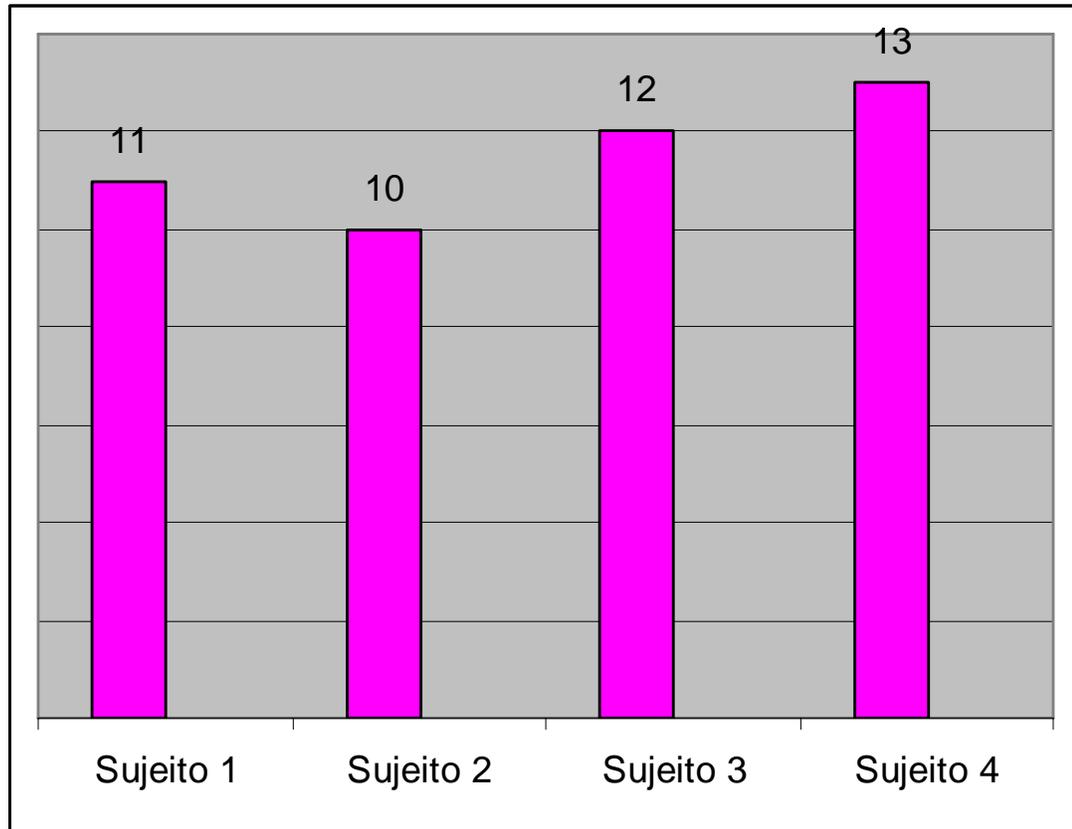
A técnica utilizada foi Entrevista com o auxílio do instrumental formulário semi-estruturado, buscando maior compreensão da realidade dos usuários. A entrevista semi-estruturada, segundo Minayo (2002), é a junção da entrevista estruturada, que pressupõe perguntas previamente formuladas e a entrevista não estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto. Para isso foi utilizado um formulário com questões abertas e fechadas.

O universo da pesquisa são 38 alunos que receberam o Benefício do Programa Bolsa Família no ano de 2005, da escola Municipal Antonio Scain, matriculados na 4ª série do ensino fundamental do ano citado. A amostra foi composta de quatro famílias (mães e crianças) residentes em Toledo no Jardim Filadélfia. A amostra foi intencional, com quatro famílias, onde as mães e os próprios filhos responderam as questões formuladas. O critério utilizado para a seleção dos sujeitos desta pesquisa foi a seleção dos endereços mais próximos e conhecidos da pesquisadora. Este critério foi utilizado para facilitar o acesso do pesquisador aos sujeitos da pesquisa, devido ao grande número de endereços na listagem fornecida pela escola já citada.

Adotou-se para os sujeitos da pesquisa, M1, M2, M3, e M4 (para referir-se as mães) e Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4 (para referir-se as crianças).

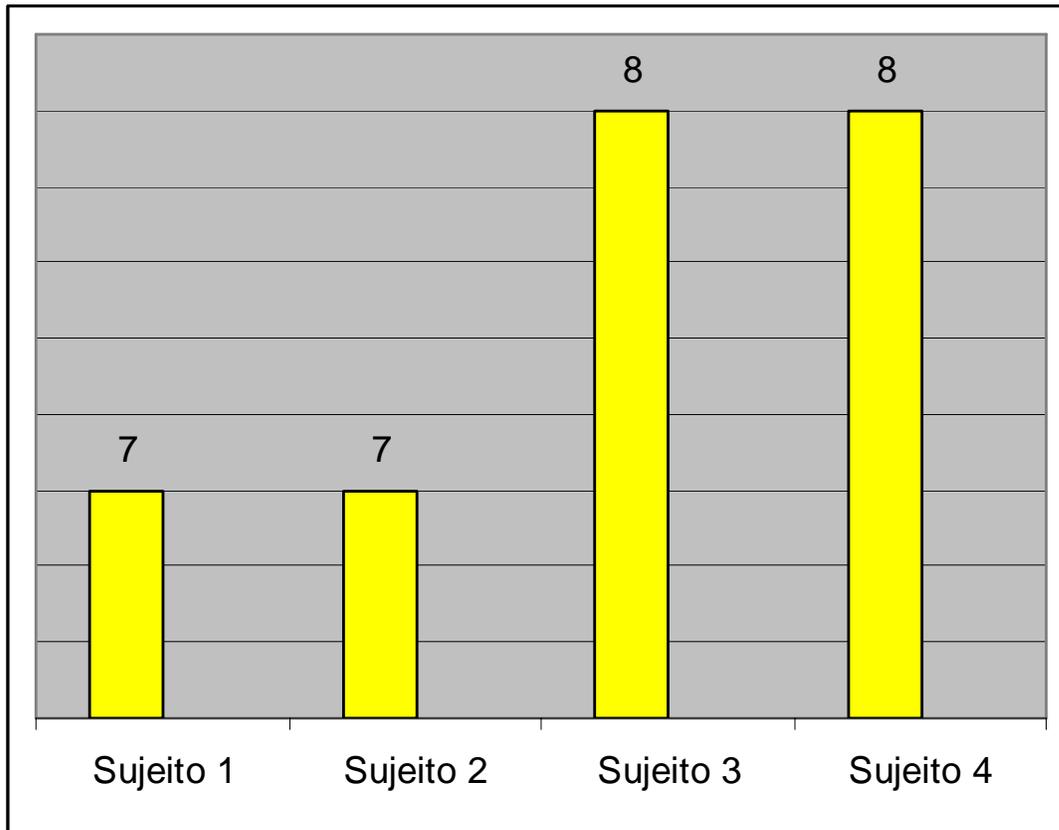
3.1 ANÁLISE DOS DADOS

GRÁFICO 1: IDADE DAS CRIANÇAS PESQUISADAS



FONTE: Dados da Pesquisa

Quanto à idade das crianças pesquisadas, variou entre 10 e 13 anos conforme gráfico acima.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE (ANOS) DE ESCOLARIZAÇÃO:

FONTE: Dados da Pesquisa

Nota-se conforme o gráfico acima que 50% das crianças pesquisadas possuem 7 anos de escolarização e 50% possuem 8 anos de escolarização.

QUADRO 1: ABANDONO ESCOLAR

Categoria	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3	Sujeito 4
Abandono Escolar	Não	Não	Não	Não

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao item sobre abandono escolar, houve unanimidade de respostas, não havendo abandono escolar.

QUADRO 2: MOTIVO PELO QUAL O ALUNO ESTUDA:

CATEGORIA	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3	Sujeito 4
Motivo pelo qual o aluno estuda	Obrigado. Só gosta de artes e de matemática	Gosto de estudar. Só de matemática que não porque é difícil.	Gosto de ir a escola para encontrar os colegas. Gosto de Educação Física e Ciências porque são mais legais, as outras são chatas, não chamam a atenção.	Gosto mais ou menos. Segundo a mãe é um bom aluno.

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se que 25% (vinte e cinco por cento) das crianças entrevistadas gostam de estudar, 25% (vinte e cinco por cento) gostam de ir a escola mas não de estudar, 25% (vinte e cinco por cento) gostam parcialmente e 25% (vinte e cinco por cento) não gostam de estudar.

QUADRO 3: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTRIBUI PARA O ALUNO CONTINUAR NA ESCOLA

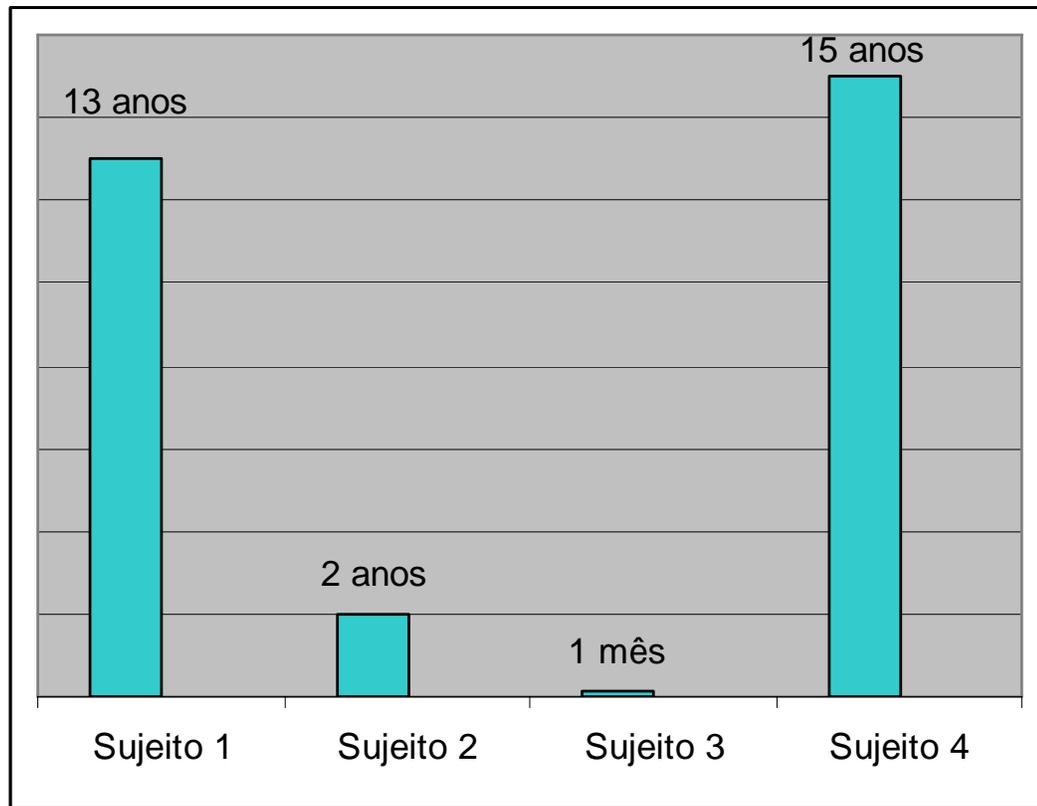
CATEGORIA	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3	Sujeito 4
O PBF contribui para o aluno continuar na escola	Não contribui, muito pouco, antes a escola dava caderno, lápis e agora não, só os R\$ 15,00.	Para a criança: na minha opinião não contribui, o dinheiro é muito pouco, só a camiseta do uniforme é R\$ 15,00. Para a mãe: acho que sim, porque dá para comprar o material escolar.	Contribui em partes, para manter não, só ajuda	Contribui um pouco. Manter não, mas dá para comprar algum material.

Fonte: Dados da Pesquisa

Através das respostas obtidas com as mães das crianças e as mesmas, verificou-se que o Programa Bolsa Família contribui parcialmente tornando-se um incentivo para o aluno

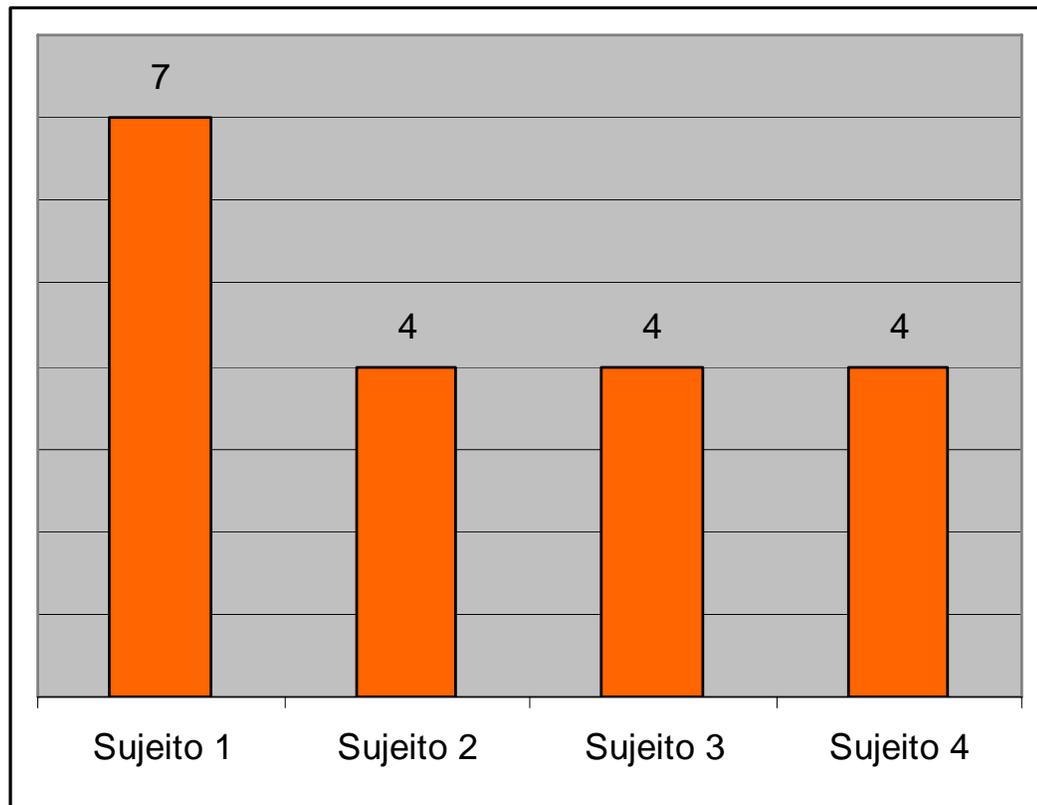
continuar na escola. Para M1 não contribui muito, pois antes do programa a escola dava caderno lápis, e agora só os 15 reais. Sujeito 2 diz achar que não, pois só a camiseta do uniforme custa 15 reais.

GRÁFICO 3:TEMPO DE MORADIA



Fonte: Dados da Pesquisa

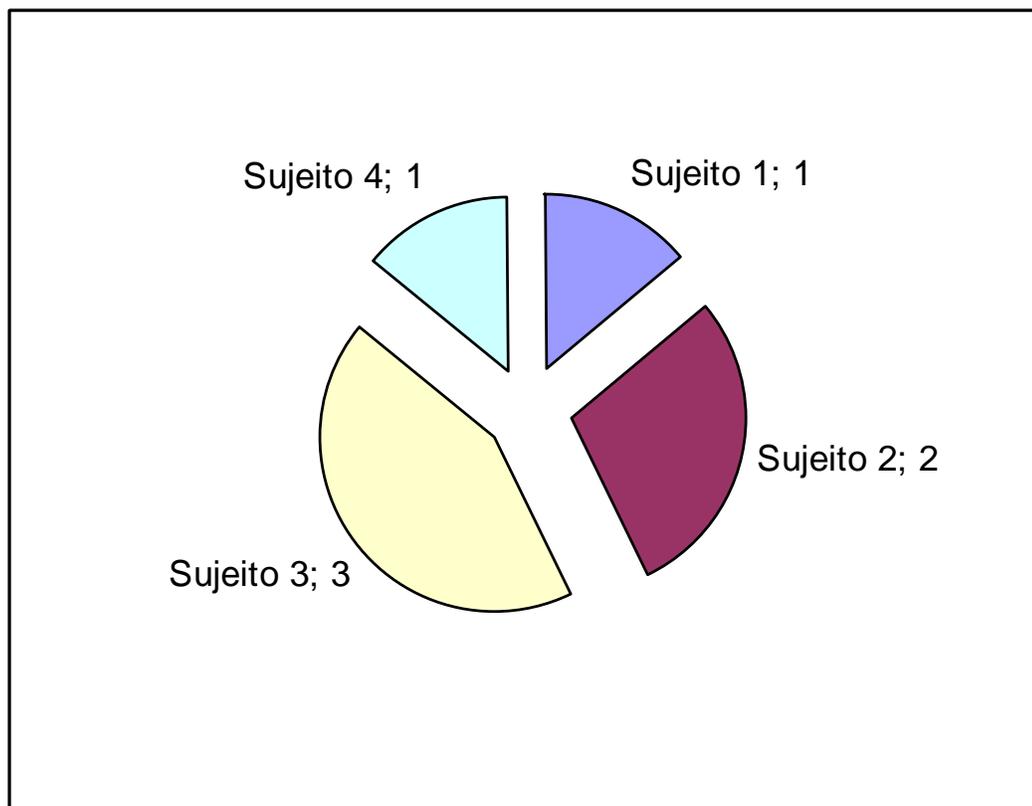
Quanto a moradia 50% (cinquenta por cento) dos entrevistados residem a mais de 10 anos no mesmo endereço, 25%(vinte e cinco por cento) a mais de 1 ano, e 25%(vinte e cinco por cento) com um mês de moradia no endereço atual.

GRÁFICO 4: NÚMERO DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA

Fonte: Dados da Pesquisa

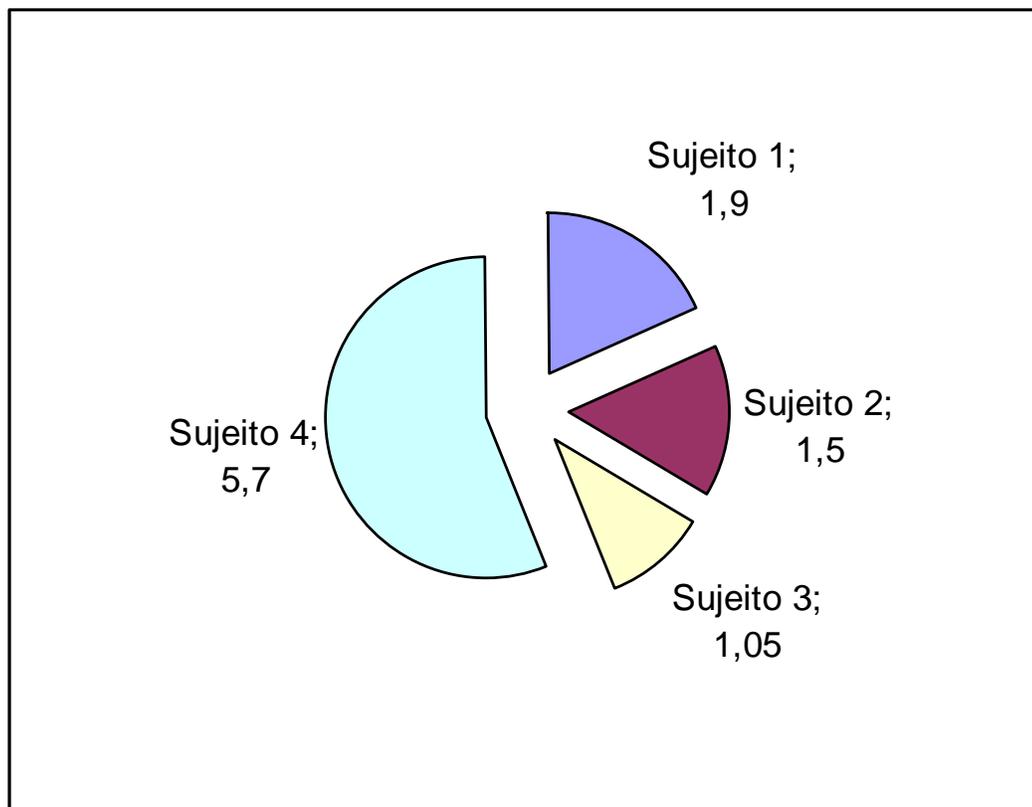
Do total de entrevistados, 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados moram em 4 pessoas em uma única residência, e 25% (vinte e cinco por cento) em 7 pessoas.

GRÁFICO 5: NÚMERO DE CRIANÇAS RECEBENDO O BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA



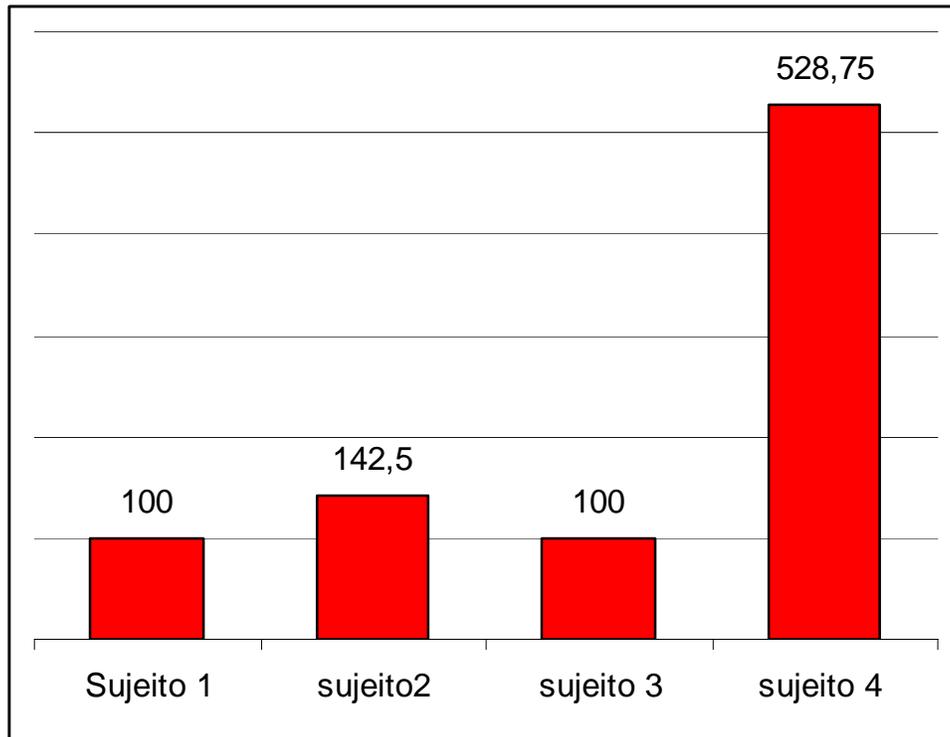
Fonte: Dados da Pesquisa

Nota-se conforme o gráfico acima que 50% (cinquenta por cento) dos entrevistados declararam que apenas 1 criança recebe o benefício, 25% (vinte e cinco por cento) que duas crianças recebem e 25% (vinte e cinco por cento) que três crianças recebem o benefício do PBF.

GRÁFICO 6: RENDA MENSAL (Quantidade em Salário Mínimo)

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto a renda mensal percebe-se que 75% dos entrevistados recebem até dois salários mínimos e 25% recebem 5,7 salários mínimos.

GRÁFICO 7: RENDA PER CAPITA

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto a renda per capita, 50% (cinquenta por cento) possuem renda per capita de 100 reais, 25% (vinte e cinco por cento) de 142,50 reais e 25% (vinte e cinco por cento) de 528,75 reais.

QUADRO 4: CONHECIMENTO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE 85% DE FREQUÊNCIA ESCOLAR PARA CONTINUAR RECEBENDO O BENEFÍCIO.

CATEGORIA	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3	Sujeito 4
Conhecimento sobre a obrigatoriedade de ter 85% de Frequência Escolar	Sim	Sim. Foi falado quando foi feito o cadastro.	Sim.	Sim.

Fonte: Dados da Pesquisa

100% declararam ter conhecimento sobre a obrigatoriedade da frequência mínima escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirmou a hipótese inicial de que “O Programa Bolsa Família do município de Toledo combate a evasão escolar, ou seja, ele é efetivo em seu objetivo de incentivar a escolarização das crianças atendidas pelo programa”.

No transcorrer da pesquisa, verificou-se que o PBF contribuiu para manter os sujeitos da pesquisa na escola, com exceção de uma família que possuía renda per capita superior, cerca de 528,75 reais, não precisando do valor repassado pelo Programa Bolsa Família para manter o aluno na escola. Para as demais, tornou-se um incentivo, pois se antes do programa não havia nenhum estímulo para as famílias pensarem ou discutirem a educação de seus filhos, agora o fazem pela obrigatoriedade da frequência escolar, no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) de presença em sala de aula.

Analisou-se que na escola Municipal Antonio Scain, que teve o maior índice de evasão escolar no ano de 2005 do município de Toledo (segundo dados da Secretaria de Educação do Município), não houve nenhuma evasão de alunos que recebiam o Benefício do Programa Bolsa Família. Através dos dados obtidos na pesquisa, observou-se que os alunos sujeitos desta pesquisa tinham entre 10 e 13 anos, possuíam entre 7 e 8 anos de escolarização, nunca abandonaram a escola, gostam parcialmente de estudar, nunca foram reprovados, não possuindo distorção idade série, o que contribui para o aluno não evadir da escola.

Quanto ao tempo de moradia, verificou-se que 75% (setenta e cinco por cento) dos alunos pesquisados moram há mais de um ano no endereço atual, contribuindo deste modo para a escolarização, pois normalmente a mudança acarreta troca de escola, o que prejudica a aprendizagem do aluno.

O objetivo geral da pesquisa também foi alcançado, pois conseguiu analisar se o PBF é efetivo em relação a seu objetivo de combater a evasão escolar no Colégio Antonio Scain. Da amostra utilizada para esta pesquisa verificou-se que sim, pois não houve abandono escolar dos alunos pesquisados. E os objetivos específicos, conhecer o processo de controle de frequência escolar das crianças atendidas pelo Programa no Município de Toledo, também foram atingidos, pois o controle é feito pelo Operador Máster do Município, que é cadastrado no Ministério do Desenvolvimento Social, e fica responsável em repassar os dados, em relação a verificar se houve aumento ou diminuição da evasão escolar das crianças atendidas pelo programa

Bolsa Família na escola Antonio Scain. Também foi verificado que nesse grupo não houve aumento de abandono escolar.

No que tange à quantidade de pessoas morando na casa, observou-se que há entre 4 e 7 pessoas vivendo na residência.

Em relação ao número de crianças recebendo o Benefício do PBF por família pesquisada, constatou-se entre 1 e 3 crianças (número máximo de crianças por família para receber o benefício) recebendo o valor. Quanto à renda, a maioria recebe até dois salários mínimos (760 reais).

As entrevistas com as famílias foram realizadas com agendamento prévio para facilitar o processo de interação entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa.

E, finalizando, a possibilidade de buscar conhecimento mais aprofundado sobre a Educação particularmente, trouxe benefícios sobre a compreensão do Programa Bolsa Família na dimensão da totalidade social, ao compreender como as Políticas sociais se complementam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2007.

ALVES, Rubem. **Encontro da Comunidade Escolar-Evasão Escolar- Causas e Soluções em Discussão**, I Curitiba, 15/09/2006. Acesso em: 18 set 2007. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/fiepr/cpce/uploadAddress/Encontro%20da%20Comunidade%20Escolar%5B27100%5D.pdf>>

BARROCO, Lúcia. **Ética e Serviço Social**. Vol I (Ética em Movimento) Conselho Federal de Serviço Social. Brasília 1998.

BRASIL. Ministério da educação. **Manual on- line do Programa Freqüência Escolar**; disponível em: <<http://www.frequenciaescolarpbf.mec.gov>> Acesso em: 20/set/2007

_____. CFESS-Conselho Federal De Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <WWW.mds.org.br> acesso em : 14 jul. 2007

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Fome Zero**. Disponível em: <WWW.mds.org.br> acesso em : 12 jul. 2007.

BUARQUE, Cristovam. **Conferência Internacional- Renda Mínima Discussões e Experiências**, 11/08/2006, Brasília. Disponível em: www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4781808U6-113k - Acesso em 18 set 2007

COHN, Amélia. **Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil**. Disponível em: <www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/desenvolvimentosocial/file/documentos/Amélia%20Cohn.pdf>. Acesso em 22 jul. 2006.

COSTA, Neusa Maria Ferraz. **A Universidade e o Serviço Social Escolar**. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unisal. Disponível em: <<http://www.am.unisal.br/publicacoes/artigos-30.asp>> acesso em 20 de maio 2007.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Encontro da Comunidade Escolar-Evasão Escolar- Causas e Soluções em Discussão**, I Curitiba, 15/09/2006. Acesso em: 18 set 2007. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/fiepr/cpce/uploadAddress/Encontro%20da%20Comunidade%20Escolar%5B27100%5D.pdf>>

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Modos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas 2 ed. 1989. p.58

IAMAMATO, Marilda. **Conservadorismo e Serviço Social**. Cortez, São Paulo, 1992.

_____, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de Carvalho. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. São Paulo: Cortez 9 ed. 1993. p.241-312.

IWAYA, Marilda. A instituição Escolar. *IN Sociologia Ensino Médio*. SEED (Secretaria de Educação). 2006 p.65-75

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Escola em Tempo Integral Já: Quando Quantidade é Qualidade**. *Ciência Hoje Sbpc*, Vol.39, n 231, outubro, 2006, p 18 a 23.

LAVINAS, Lena **Programas de Garantia de Renda Mínima: Perspectivas Brasileiras**. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Desenvolvimento de uma Metodologia de Avaliação dos Programas de Renda Mínima, Rio de Janeiro 1998.

_____, Lena. Combinando Compensatório e redistributivo: o desafio das Políticas Sociais no Brasil. *IN HENRIQUES, Ricardo (Org.) Desigualdade e Pobreza no Brasil*. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) 2000 p. 527-559.

LESSA, Renato. **“Subnutrição intelectual, anemia cívica”**. *Ciência Hoje Sbpc*, Vol.39, n 231, outubro, 2006, p1.

LOPES, Elenice de Melo Silva. **Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público.** Serviço Social em Revista Universidade Estadual de Londrina jan a jun de 2006 vol.8 n.2. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/> acesso em: 13 mar. 07.

LOURES, Rodrigo da Rocha. **Encontro da Comunidade Escolar-Evasão Escolar- Causas e Soluções em Discussão**, I Curitiba, 15/09/2006. Acesso em: 18 set 2007. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/fiepr/cpce/uploadAddress/Encontro%20da%20Comunidade%20Escolar%5B27100%5D.pdf>>

MACHADO, Ednéia Maria; Renato Obikawa Kyosen. **POLÍTICA E POLÍTICA SOCIAL.** Serviço Social em Revista Universidade Estadual de Londrina jul a dez de 2000 vol.3 n.1. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/> acesso em: 13 mar. 07.

MATTOS, Margaret. **Encontro da Comunidade Escolar-Evasão Escolar- Causas e Soluções em Discussão**, I Curitiba, 15/09/2006. Acesso em: 18 set 2007. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/fiepr/cpce/uploadAddress/Encontro%20da%20Comunidade%20Escolar%5B27100%5D.pdf>>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento **Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo- Rio de Janeiro Ed. HUCITEC-ABRASCO 1994. p.9-15, 19-27

_____, Maria Cecília de Souza (org.), **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade.** Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes. Petrópolis Ed. Vozes 2002.

NAGEL, Luzia Helena. **Educação e desenvolvimento na “pós-modernidade”: algumas reflexões.** In Nogueira, Francis Mary Guimarães; Rizzotto, Maria Lucia Frizon. Políticas Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil. São Paulo: Xamá 2007 p.9-19.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **As proposições para a educação escolar expressas nos planos de desenvolvimento do regime militar.** In Nogueira, Francis Mary Guimarães; Rizzotto, Maria Lucia Frizon. Políticas Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil. São Paulo: Xamá 2007 p.9-19.

NOZZABIELLI, Sonia. **O Processo de afirmação da assistência social como política social.** Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2-sonia.htm>>. Acesso em: 11 ag. 2007.

PARANÁ, CRESS-Conselho Regional de Serviço Social. **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania**. Edição Especial do II Congresso Paranaense de Assistência Social. Curitiba PR 2003.

RODRIGUES, Marcela. **Encontro da Comunidade Escolar-Evasão Escolar- Causas e Soluções em Discussão**, I Curitiba, 15/09/2006. Acesso em: 18 set 2007. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/fiepr/cpce/uploadAddress/Encontro%20da%20Comunidade%20Escolar%5B27100%5D.pdf>>

ROTHENBURG, Denise; Nardelli, Fernanda; Tahan, Lilian . **A história sem fim**. Correio Braziliense. Brasília 2003.

SALATA, Carmen Pardo. **Situações Gerais que interferem na escolarização do Deficiente Físico**. Dissertação em Mestrado em Educação. Campo Grande MS , 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em Tempos de Neoliberalismo**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da silva e; Yasbeck, Maria Carmelita; Giovanni, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda..** São Paulo Cortez, 2004.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; Colin, Denise Arruda. Centro de Referência de Assistência Social: gestão local na garantia de direitos. *In: SUAS / PR Sistema Único de Assistência Social Caderno I Sistema Municipal e Gestão do CRAS*. Curitiba, SETP, 2006 p. 20-32.

SOUZA, Maria Inez Salgado de. **Bolsa-escola: dois modelos de ajuda a crianças em situação de risco**. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bolsaescola.pdf> Acesso em 11 mar. 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Org.). **Renda Mínima e Crise Mundial Saída ou Agravamento?** São Paulo Cortez 1997.

_____, Aldaíza de Oliveira *et al.* **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras- Uma Questão em análise**. São Paulo: Cortez 6ª edição, 1998.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania a Saída é Pela Porta**. São Paulo Cortez, 2002.

VOGT, Carlos. **Políticas Públicas Proteção e Emancipação. Programas de renda mínima.** Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp02.htm> Acesso em 22 jul. 2006.
WIKIPEDIA. **Declaração de Salamanca.** Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Salamanca>. Acesso em: 21 de set. 2007.

WIKIPEDIA, **TOYOTISMO.** Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Toyotismo>>. Acesso em 24 de set. 2007

ZAIA, Brandão; **BAETA**, Annamaria Bianchini; **ROCHA**, Any Dutra Coelha da. Evasão e repetência no Brasil: A escola em questão. Achiamé: Rio de Janeiro:1983.